

# **TSE toma decisão que poderá aumentar participação de mulheres na direção de partidos**

*Elas terão que ser ao menos 30% das candidatas nas eleições internas*

[\(O Globo, 19/05/2020 - acesse a matéria completa no site de origem\)](#)

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que as mulheres representem pelo menos 30% das candidaturas nas eleições internas para a escolha de dirigentes dos partidos políticos. Por outro lado, não determinou nenhuma punição a quem descumprir a decisão. Preferiu enviar um ofício ao Congresso Nacional um apelo para que se debruce sobre o tema, inclusive estabelecendo sanções.

*Por André de Souza*

---

## **Ministra Rosa Weber apresenta Comissão TSE Mulheres e lança página #Participa Mulher**

*A presidente da Corte recebeu em seu Gabinete, nesta segunda-feira (2), parlamentares da bancada feminina da Câmara, advogadas e mulheres representantes de entidades*

[\(TSE, 02/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, lançou nesta segunda-feira (2) o site [#Participa Mulher](#), em homenagem às mulheres que fizeram e ainda fazem história na vida política e na Justiça Eleitoral. A página foi lançada durante o evento de apresentação, a parlamentares e personalidades femininas, da Comissão Gestora de Política de Gênero do TSE (TSE Mulheres).

O hotsite é parte das ações que integram as atividades da Comissão, instituída pela presidente do Tribunal em 11 de outubro, por meio da [Portaria TSE nº 791](#). A criação da Comissão atende solicitação feita pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nas Eleições 2018, a entidade recomendou que a Justiça Eleitoral atuasse em prol do aumento da participação das mulheres no cenário político.

A presidente do TSE observou que, mesmo diante de avanços normativos e jurisprudenciais para incentivar a participação feminina na política, a mudança ainda caminha a passos lentos. “Os números gerais dão conta de cerca de apenas 23% de parlamentares mulheres em todo o mundo. O Brasil figura como um dos países com menor participação política feminina do continente latino-americano, apesar de as mulheres representarem 52,62% do eleitorado”, afirmou a ministra Rosa Weber, que classificou a baixa representatividade feminina como “um déficit para a democracia brasileira”.

Em sua exposição, a assessora-chefe de Gestão Estratégica e Socioambiental do TSE e coordenadora da TSE Mulheres, Julianna Sesconetto, explicou que, além de incentivar a participação das mulheres na política, a Comissão tem como objetivo estimular a atuação feminina dentro da própria Justiça Eleitoral. “Não seria coerente se nos preocupássemos apenas com mulheres na política e não olhássemos para o nosso segmento. Temos que fazer com que as mulheres da nossa instituição reconheçam que são capazes de ocupar espaços de decisão, de gestão e que há oportunidade para tanto”, defendeu a servidora.

Após a fala da coordenadora da Comissão, foi exibida uma mensagem gravada pelo diretor do Departamento para a Cooperação e Observação da OEA, Gerardo de Icaza. No vídeo, o representante da entidade parabenizou a ministra Rosa Weber por possibilitar a criação de um grupo para a promoção

da participação feminina na política. “A TSE Mulheres é uma prova de que o TSE e a Justiça Brasileira estão comprometidos com o fortalecimento da participação política das mulheres no Brasil”, disse.

Para a ex-ministra do TSE e advogada Luciana Lóssio, que falou em nome do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a criação da Comissão é “um importante passo que a Justiça Eleitoral brasileira dá rumo à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e à democracia mais inclusiva”.

Também presente no evento, a líder da bancada feminina da Câmara dos Deputados, deputada federal Professora Dorinha (Democratas-TO), elogiou a iniciativa da Corte Eleitoral e reforçou a importância do aumento da representatividade feminina dentro da política como forma “de dar voz a quem não tem voz”. “Os partidos têm uma presença masculina extremamente forte e dominadora nos espaços de poder, e nós, mulheres, temos muito a construir em relação à nossa autonomia e à política de maior participação feminina nesses ambientes”, disse a parlamentar.

A solenidade foi prestigiada pelo ministro do TSE Carlos Mário Velloso Filho; pela deputada federal Soraya Santos (PL-RJ); pela procuradora regional da República Valquíria Quixadá; e por representantes da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e do grupo de advogadas brasilienses Elas Pedem Vista.

## **#Participa Mulher**

Desenvolvida pelo Núcleo de Campanhas, Redes Sociais e Gestão Web da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do TSE, a página [#Participa Mulher](#) é totalmente dedicada a destacar, a valorizar e a fortalecer o papel e a participação feminina na vida política nacional, estadual e municipal. Além de divulgar os progressos da legislação sobre a igualdade de gênero na área, a página traz os perfis de mulheres que, pelo seu trabalho, propiciaram avanços políticos significativos, inclusive na própria evolução da Justiça Eleitoral, visando a ampliar os direitos das brasileiras tanto na esfera eleitoral quanto na partidária.

A assessora-chefe de Comunicação do TSE, Ana Cristina Rosa, uma das idealizadoras do projeto e integrante da Comissão TSE Mulheres, explica que a intenção é provocar uma reflexão sobre o tema desde o início da visita ao site. “Por esse motivo, a frase introdutória da página é ‘Uma sociedade realmente democrática inclui a participação das mulheres em todas as áreas, inclusive na vida política’”, diz. Ana Cristina Rosa salienta que a nova interface é um espaço de registro histórico, mas também de motivação. “Esperamos que outras mulheres conheçam o exemplo dessas pioneiras e se inspirem. Além disso, sabemos que muitas mulheres merecem lugar nessa página, por isso ela estará em contínua atualização”, conclui a assessora-chefe.

Dentro do hotsite, as informações estão distribuídas em cinco abas específicas: Estatísticas, História, Campanhas, Notícias e Legislação. No link “Estatísticas”, o usuário pode facilmente acessar os seguintes dados: percentual da população feminina; número de eleitoras no Brasil e no exterior; mulheres filiadas a partido político; candidatas por cargo, faixa etária, partido, cor, raça e reeleitas; e número de eleitas por cargo.

Na parte reservada à História, é possível verificar, em uma linha do tempo, a evolução das conquistas políticas e eleitorais femininas no Brasil de 1927 a 2019. O campo contém, ainda, os perfis de 22 mulheres pioneiras, que se destacaram ou se destacam por seu trabalho, ou que atuam em favor da ampliação da igualdade de gênero na política.

Os perfis contemplam, entre outros, os nomes de: Celina Guimarães, primeira eleitora do Brasil; Alzira Soriano, primeira mulher eleita para o cargo de prefeita; Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal do Brasil; Antonieta de Barros, primeira mulher negra a assumir um mandato eletivo no país; Bertha Lutz, representante do movimento feminista na Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934; Eunice Michiles, primeira senadora do Brasil; Laélia Alcântara, primeira mulher negra senadora; Iolanda Fleming, primeira mulher a governar um estado brasileiro; Dilma Rousseff, primeira mulher eleita presidente da República no Brasil; ministra Cármen Lúcia, primeira mulher a presidir o TSE; e ministra Rosa Weber, primeira mulher a presidir eleições gerais no Brasil.

No link seguinte, o internauta tem acesso a peças e vídeos de cinco campanhas voltadas ao tema: Igualdade na Política; Eleições 2016 - A Voz Feminina Precisa Ser Mais Ouvida; Nenhuma Mudança Vem do Silêncio; Reflexos; e Discurso Compartilhado. Produzidas pela Ascom do TSE, todas as campanhas têm por objetivo incentivar e enaltecer a participação da mulher na vida partidária e na disputa de cargos públicos eletivos no país.

Já no campo “Notícias”, o cidadão tem acesso às matérias elaboradas pelos núcleos de Imprensa do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) sobre o progresso das iniciativas que promovem o papel feminino na política. Por fim, o último link, “Legislação”, divulga os conteúdos das leis propostas pelas parlamentares mulheres a partir de 1988, ano da promulgação da Constituição Federal Brasileira.

Confira a página [#Participa Mulher](#).

---

## **Julgamento no TSE pode aumentar espaço de mulheres negras na política**

*Das 66 mulheres no Congresso, apenas 10 se declaram pretas ou pardas.*

**[\(HuffPost Brasil, 18/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Das 66 deputadas e senadoras com mandato federal hoje, apenas 10 se declaram pretas ou pardas, de acordo com dados da Justiça Eleitoral. O cenário, contudo, pode mudar. Uma consulta protocolada na última quinta-feira (14) no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pede que metade da cota do Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda eleitoral estabelecida para candidaturas femininas seja destinada a mulheres negras.

Em maio, o TSE determinou que 30% dos recursos do Fundo Eleitoral devem ser gastos em campanhas de mulheres, em resposta a uma consulta da bancada feminina. Em março, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu no mesmo sentido sobre o Fundo Partidário, com base no percentual de cota de candidaturas por gênero.

De acordo com a Lei das Eleições, pelo menos 30% das candidaturas de cada sigla deve ser de um dos gêneros.

Neste ano, os partidos terão R\$ 1,7 bilhão do Fundo Eleitoral. Já o valor do Fundo Partidário varia. No ano passado, foram repassados R\$ 741 milhões às siglas.

A consulta foi protocolada pela ONG Educafro e tem apoio de 16 parlamentares, cujas assinaturas foram coletadas no plenário das Casas. A lista inclui os deputados Benedita da Silva (PT-RJ), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Orlando Silva (PCdoB-SP), Jô Moraes (PcdoB-MG), Maria do Rosário (PT-RS), Erika Kokay (PT-DF), Bebeto Galvão (PSB-BA), Alessandro Molon (PSB-RJ), Glauber Braga (PSOL-RJ), Jean Willys (PSOL-RJ), Laura Carneiro (DEM-RJ), Zenaide Maia (PR-RN) e Sérgio Reis (PRB-SP) e os senadores Paulo Paim (PT-RS), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Graziottin (PCdoB-AM).

De acordo com o documento, o atual funcionamento do sistema eleitoral reforça o racismo estrutural no Brasil. “Quanto mais alto o cargo, menor a participação de negros concorrendo e, por consequência, menor a representatividade nas diversas funções políticas, o que faz questionar realmente qual o nível de legitimidade das escolhas possíveis dentro do quadro ora apresentado”, diz trecho da consulta sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso.



Negra e nascida na Favela da Maré, o histórico e os projetos de Marielle são em torno de políticas públicas voltadas para as mulheres, incluindo creches com horários noturnos, aborto seguro e combate à violência sexual. (Foto: NURPHOTO VIA GETTY IMAGES)

### **Mulheres negras na política**

Das 53 deputadas federais, Benedita da Silva e Tia Eron (PRB-BA) são as únicas que se declararam negras, de acordo com dados do TSE de 2014. Outras 7 deputadas se declararam pardas naquele mesmo ano: Jô Moraes, Alice Portugal (PCdoB-BA), Janete Capiberibe (PSB-AP), Luana Costa (PSC-MA), Luciana Santos (PCdoB-PE), Professora Marcivânia (PCdoB-AP) e Rejane Dias (PT-PI).

No Senado, Fátima Bezerra (PT-RN) se declarou parda nas eleições de 2014. Não há dados no sistema do TSE sobre as eleições de senadoras em 2010.

Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Unb (Universidade de Brasília), Marjorie Chaves, chama atenção para mecanismos do racismo institucional e para o impacto em direitos de mulheres negras. “Enquanto mulheres negras, alguns espaços ainda nos são negados e a gente não vai ver isso escrito em lugar nenhum. A gente não vai ver isso exposto em lugar nenhum porque isso está na estrutura”, afirmou em audiência pública na Comissão da Mulher da Câmara dos Deputados na última quarta-feira (13).



*“A gente vive em si a realidade de um racismo institucional que acaba por impedir nossas carreiras e ascensão no poder político e, enquanto isso prevalecer, a gente não vai conseguir levar nossas discussões para uma pauta política mais profunda.”*

Marjorie Chaves

A pesquisadora citou dados do [Mapa da Violência](#) 2018. De acordo com a pesquisa, em 2016, a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras (5,3) que entre as não negras (3,1), uma diferença de 71%. Em relação aos 10 anos da série, a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

Na audiência também foi lembrado o nome da vereadora [Marielle Franco](#) (PSol-RJ), assassinada em março no Rio de Janeiro. “Ela estava em um lugar outro, que não era comum para nós mulheres negras. Ela era uma fraonta e por isso mesmo que acredito que tentaram calar sua voz”, afirmou Chaves.

Negra e nascida na Favela da Maré, o histórico e os projetos de Marielle são em torno de políticas públicas voltadas para as mulheres, incluindo creches com horários noturnos, aborto seguro e combate à violência sexual.

Outra referência na área, a deputada Benedita da Silva, primeira negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, em 1982, defendeu novas estratégias de ampliar representatividade e o protagonismo. “A violência política é uma violência que fere a sua liberdade, democracia e soberania. Esse país é nosso e principalmente nosso das mulheres e majoritariamente das mulheres negras”, afirmou.

*Marcella Fernandes*

---



# Aprovação do aborto na Argentina pode pressionar STF em votação no Brasil

Na disputa pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito, a Argentina contrariou posições do presidente Mauricio Macri, da ex-presidente Cristina Kirshner e do Papa Francisco. A vitória de quem votou a favor do direito de escolha das mulheres se deu muito pela força do movimento de mulheres, que desde 2003 impulsiona uma campanha nacional. Mas se tornou possível por uma brecha de oportunidade assinalada pelo presidente: ao perceber que a opinião pública era favorável a que o debate acontecesse na Câmara dos Deputados, Macri preferiu alertar governistas para que não interferissem na escolha do Parlamento.

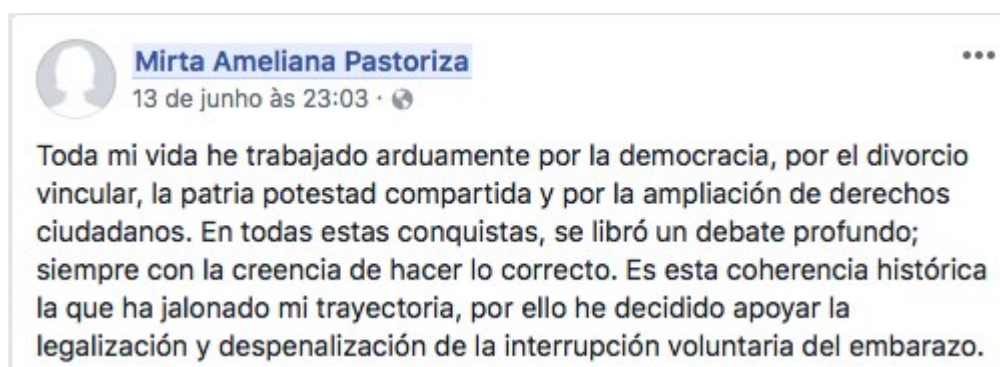
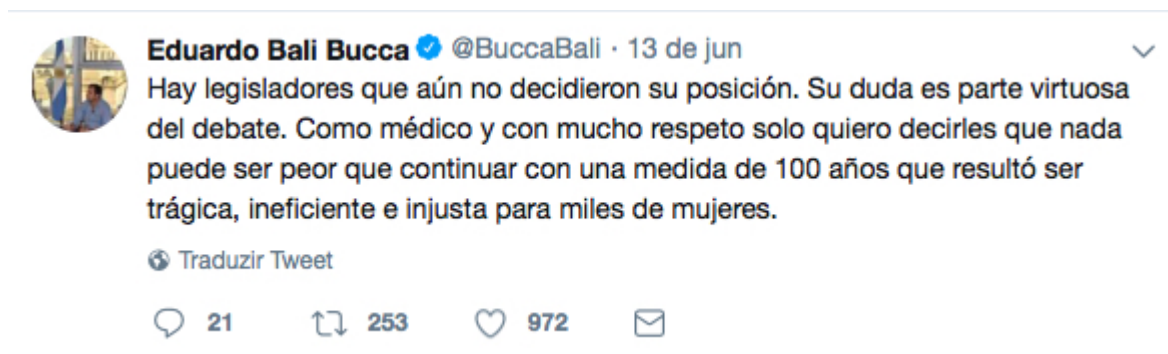
[\(Geledés, 17/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Estou a favor da vida, mas não imponho [a mesma posição] a ninguém. Existe liberdade de consciência”, disse, diante de mais de 80 deputados. A maioria dos governistas foi contra a descriminalização do aborto. “O tema é importantíssimo, deveria ter sido discutido há muito tempo. Tem que haver total liberdade para opinar.”

A declaração do chefe de Estado, no final de fevereiro, abriu espaço para que o movimento a favor do aborto legal ganhasse tamanho e conquistasse lugar também nas províncias. Mas até o último minuto da maior votação da Câmara argentina, não se sabia o resultado. Durante as quase 24 horas de debate, milhares de pessoas empunhando o pano verde fizeram vigília diante do Parlamento, acompanhando a discussão por um telão. Os pró-vida, em menor número, também defenderam suas posições. Estava em jogo conquistar os deputados indecisos.

A pressão chegou às redes sociais e parlamentares declararam suas posições via Twitter e Facebook. Dentro das paredes do Congresso, denúncias de ameaças por infiltrados eram conhecidas pelas redes. Foi o que se deu com

os deputados a seguir, eletrizando a votação hora a hora:



Pouco antes das dez da manhã, depois de passar uma madrugada gelada discutindo diante do povo em vigília, o painel anunciou o resultado: 129 votos a favor do aborto legal, 125 contra e uma abstenção. Houve comoção. Agora, a lei segue para discussão no Senado. O processo de votação fortaleceu a democracia argentina e mostrou maturidade política.

*“Cabe a mim fechar um dos debates mais longos, mais responsáveis, mais plurais que levamos no Congresso nos últimos anos. Um debate que chegou ao seio desta Câmara pelas mãos dos movimentos de mulheres”, disse a deputada Silvia Gabriela Lospennato, em seu emocionante discurso final.*”

“Não há volta atrás”, declarou a deputada. Ela lembrou que 50 mil mulheres são hospitalizadas todos os anos na Argentina por causa de abortos

inseguros, que chegam a 350 mil. Há também cerca de 60 mil mortes decorrentes dessa prática. “O aborto significa uma dor profunda, que se confunde com a culpa, com a criminalização e com a desigualdade, que se ampara na ausência do Estado.”

Para as mulheres que participam do movimento a favor do aborto legal, seguro e gratuito, a votação foi uma vitória histórica. “Faz muitos anos que esperávamos por esse debate. Nos 13 anos de campanha, o tema entrou nas casas, nos bairros, tomou as ruas, chegou aos hospitais, colégios, movimentos sociais”, conta Angélica Peña Defago, professora de Sociologia Jurídica na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Córdoba.

“Tudo isso fez possível um nível de amadurecimento social e político que tem impacto no debate que estivemos vendo. A vitória pode impactar a região latinoamericana porque os movimentos feministas de mulheres estão unidos com movimentos feministas e de mulheres, entre outras causas, em toda a America Latina. O aborto legal, seguro e gratuito é uma das dívidas da democracia para com as mulheres.”

A professora diz que o que aconteceu na Argentina pode ser um pontapé para seguir lutando em outros países. “A votação deu visibilidade ao poder e às forças dos movimentos a favor de uma lei que é justa e urgente e que pode se estender por outros países como o Brasil”, conclui Angélica.

### **Defender a vida é descriminalizar o aborto**

No Brasil, a pesquisa “Percepções do Aborto no Brasil”, de 2017, aponta que são realizados 500 mil abortos clandestinos por ano. Quase metade dos brasileiros acima de 16 anos declarou conhecer pelo menos uma mulher que realizou o procedimento. Mesmo assim, apenas 1/4 se disse favorável a que a mulher possa escolher se interrompe a gravidez.

Aqui, o buraco é mais profundo. Temos um Congresso conservador, que coloca a religião acima dos direitos das mulheres e chegou a tentar retirar o direito ao aborto de quem sofreu estupro. O fato de estarmos vivendo um período pré-eleitoral tanto pode ser um combustível para impulsionar o debate sobre o aborto legal, como pode funcionar para silenciar o tema.

“O executivo brasileiro avançou nas políticas a favor do aborto nos casos hoje legalizados no primeiro governo Lula (2003-2006) e depois se retirou do campo, muito pressionados pelas campanhas pró-vida nas eleições seguintes”, explica a professora de Direito na Fundação Getúlio Vargas, Marta Machado, responsável pela pesquisa “A batalha do aborto no Brasil (1986-2016)”, com a professora Débora Maciel, uma parceria da FGV com o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

“O Congresso é pró-vida e a tendência é se manter assim. A menos que algo surpreendente aconteça. No Brasil, precisaremos ter alguma oportunidade e aliados no sistema político para reforçar o movimento a favor do aborto legal. Isso pode ecoar, mas o movimento não consegue avançar sozinho”, afirma Marta. “Por enquanto, a única arena aberta para essa discussão é o STF. Uma mudança pode vir dali.”

O Supremo Tribunal Federal pode discutir a ADPF (Arguição de Preceito Fundamental), que descriminaliza o aborto.

As advogadas que assinam a peça, ingressada pelo PSOL, sustentam ter convicção jurídica de que a criminalização do aborto, com base no Código Penal da década de 1940, não se sustenta diante da Constituição de 1988. Enquanto isso, mais mulheres em situação de vulnerabilidade morrem a cada dia no Brasil em decorrência da falta de uma política que sustente o direito ao aborto legal. São as mesmas vidas “matáveis”, desprezadas pelo Estado brasileiro.

“Contra a decisão de uma mulher que não quer ser mãe, não há Estado, não há lei que faça com que ela seja mãe. Os que votaram pelo ‘não’, a única opção que estão oferecendo às mulheres é a ameaça de prisão”, afirmou a deputada argentina Silvia Gabriela Lospennato. Por aqui, falta coragem ao Supremo.

*Carolina Trevisan*

---

# Partidos querem reverter decisão do TSE que destinou 30% do Fundo Eleitoral para campanhas de mulheres

*Articulação prevê medidas legislativas e ação no Supremo Tribunal Federal*

[\(O Globo, 23/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Os partidos políticos deram início a uma articulação nesta quarta-feira para tentar suspender a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga a aplicação de 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para financiar candidaturas de mulheres. As legendas planejam agir em duas frentes: a elaboração e aprovação de um decreto legislativo que impeça a aplicação imediata dessa divisão e ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular a decisão da Justiça Eleitoral.

O presidente do Solidariedade, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), o Paulinho da Força, disse ao GLOBO que ainda não está definido qual instrumento jurídico será usado no STF e o projeto de decreto legislativo ainda será redigido.

— Não estamos contra o mérito da decisão. O problema é que o TSE legislou no lugar do Congresso e tomou essa decisão muito em cima das eleições. O mérito de destinar 30% dos recursos porque há 30% de candidaturas femininas é justo — argumentou Paulinho.

Segundo ele, alguns partidos já foram consultados numa breve reunião na sala da presidência da Câmara nesta manhã. Mas o objetivo é procurar todos os partidos com representação no Congresso para se juntar à articulação.

**Leia mais:** [Parlamentares mulheres comemoram decisão 'histórica' do TSE sobre fundo \(O Globo, 23/05/2018\)](#)

Mais cedo o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), também

disse que o [TSE tinha errado ao legislar](#) sobre o tema, o que indica que pode haver uma reação institucional contra a decisão.

O [Fundo Eleitoral disponibilizará R\\$ 1,7 bilhão](#) para financiar as campanhas políticas de todos os partidos e é composto por recursos públicos. Ele foi criado no ano passado para custear as candidaturas, depois que a Suprema Corte impediu a doação empresarial a políticos e partidos em 2015.

Na decisão unânime do TSE, [também ficou decidido que 30% do horário](#) eleitoral gratuito no rádio e na televisão será destinado a candidaturas femininas. Os ministros decidiram ainda pela aplicação imediata dessa nova divisão.

A relatora, ministra Rosa Weber, que assumirá a presidência da Corte em meados de agosto, auge das campanhas, ressaltou a importância da medida para dar mais voz às mulheres na política

— A efetividade da garantia do percentual mínimo de candidaturas por gênero estabelecido em lei singelo passo a modificação no quadro de sub-representação feminina no campo político conclama a participação ativa da Justiça Eleitoral, presente largo campo de amadurecimento da democracia brasileira a percorrer, visando a implementação de ações afirmativas que priorizem e impulsionem a voz feminina na política brasileira — declarou a ministra, que foi aplaudida pelo público no plenário.

## **PARTIDOS QUEREM EXPLICAÇÕES**

Os partidos não chegaram a ser pegos de surpresa com a decisão, mas apostavam que o TSE poderia não se posicionar sobre a questão por se tratar de uma consulta, instrumento jurídico que a própria área técnica do Tribunal considerou precário para balizar uma determinação desse porte.

Mas as legendas temiam que com a decisão do STF em destinar 30% do Fundo Partidário (dinheiro repassado mensalmente às siglas para manter seu funcionamento) para campanhas de mulheres tivesse repercussão no julgamento do TSE, o que acabou ocorrendo.

Antes do início da articulação dos partidos para reverter essa decisão,

algumas lideranças partidárias ouvidas pelo GLOBO tinham dito que não pretendiam contestar judicialmente a nova interpretação do TSE, mas demonstravam dúvidas sobre a aplicação.

O tesoureiro do PP, deputado Ricardo Barros (PR), afirmou que os advogados do partido ingressariam com um pedido de explicações no TSE.

— Como tesoureiro, eu quero saber como devo prestar contas. Por exemplo, os 30% terão que ser aplicados de forma geral ou haverá essa cota para cargo em disputa, sendo 30% para as candidaturas à Câmara, 30% para as candidaturas ao Senado e assim por diante? Ou ainda, a legislação considera que quando os partidos estão coligados eles são uma só legenda. Como se dará a prestação e contas nesses casos? A regra tem que ser clara — questionou Barros.

Segundo ele, o PP terá que procurar candidaturas femininas competitivas para atender à determinação de aplicação dos recursos do TSE.

— Hoje, a gente tem poucas candidaturas competitivas e isso ocorre porque as mulheres se apresentam menos para disputa — explicou.

O presidente do PDT, Carlos Lupi, disse que o partido já tem um movimento forte de candidaturas de mulheres e não prevê contestar o TSE.

— Nós não devemos recorrer. Vamos aplicar a determinação.

O tesoureiro do PSDB, deputado Silvio Torres (SP), afirmou que a legenda está fazendo um levantamento das candidaturas de mulheres e a partir disso é que definirá como aplicar a determinação do TSE. Mais cedo, ele descartou recorrer a Justiça contra a decisão, mas contestou o momento em que foi decidido.

— Isso foi decidido depois que os partidos já não podem mais filiar novas pessoas. E outras dúvidas podem surgir — disse Torres.

*Jefferson Ribeiro*



---

# **PRE-SP reúne ativistas negros para discutir mapeamento da desigualdade racial na representação política institucional no Brasil**

Maioria da população do país (54%), os negros são minoria na política. Dos 513 deputados federais, apenas 22 se declararam negros ([veja aqui](#)). A desigualdade racial, evidenciada na sub-representação dos negros na política, desde as câmaras municipais até o Congresso Nacional, será retratada em diversos graus e dimensões no Mapa da Desigualdade Racial, desenvolvido pela Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP).

[\(Procuradoria Regional Eleitoral/SP, 12/07/2017 - Acesse no site de origem\)](#)

A PRE-SP reuniu hoje (12/7) ativistas negros para discutir o aprimoramento da metodologia para a criação dessa ferramenta que mostrará a desigualdade racial na política, principalmente detalhando essa realidade nos municípios. Isso está sendo feito basicamente por meio de cruzamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## **Mapa da Desigualdade Racial**

A ideia é mostrar a representação dos negros nas câmaras municipais, assembleias legislativas, no Congresso Nacional e nos cargos executivos, uma iniciativa aplaudida pelos ativistas negros e de movimentos sociais que pretendem usar a ferramenta para subsidiar sua atuação no combate às desigualdades. A intenção deles é que seja uma ferramenta mobilizadora, seja na formulação de políticas públicas, mudança da legislação eleitoral ou

reforma política.

Por que o mapa? O procurador regional eleitoral Luiz Carlos Gonçalves responde: “Porque a desigualdade racial é um tema de pouca visibilidade no campo eleitoral e o mapa chama a atenção para essa questão”.

A barreira para combater a sub-representatividade dos negros na política começa nos próprios partidos que praticamente ignoraram convite feito pela PRE-SP para participar da reunião de hoje, o que reforça a avaliação do procurador de que é precisa tratar desse assunto de forma sistemática.

Por que essa questão é importante? A ativista Maria Aparecida Pinto diz que o deficit de representação dos negros na política significa que estes não terão participação efetiva na formulação de leis e políticas públicas que possam combater as disparidades não apenas na política, mas em todas outras dimensões. “Nesse ritmo, vamos patinar por mais 400 anos”, afirma.

---

## **Debatedoras defendem maior representatividade feminina no Legislativo**

Participantes de debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher sugeriram nesta quarta-feira (31) formas de aumentar a participação feminina no Legislativo.

[\*\(Agência Câmara, 31/05/2017 - acesse no site de origem\)\*](#)

A lei atual prevê que 30% dos candidatos às eleições proporcionais sejam mulheres, o que, segundo a especialista em direito eleitoral Maria Cláudia Bucchianeri, levou ao uso de “candidaturas fantasmas” pelos partidos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já julgou casos em que candidatas não

obtiveram nenhum voto e determinou a cassação de toda a lista dos partidos que apresentaram candidaturas femininas de fachada.

A decisão foi seguida pela Procuradoria-Geral Eleitoral, que já orientou todos os promotores eleitorais a entrar com ações semelhantes em relação às eleições municipais de 2016.

Para Maria Cláudia Bucchianeri, é inconcebível que o Brasil só tenha mais mulheres na política que o Haiti e que esteja atrás de países como o México, que já conquistou paridade na representação na Câmara Federal. A especialista apresentou uma proposta do TSE para mudar a lei partidária.

“Estamos defendendo uma proposta pela qual na divisão do Fundo Partidário – e o fundo é rateado aos partidos em proporção aos votos obtidos na Câmara – os votos conseguidos por candidatas a deputadas federais tenham peso 3, porque aí o partido vai ter interesse em vê-las eleitas”, explicou.

Dessa forma, segundo Maria Cláudia, será interessante para o partido ter uma candidata vitoriosa, porque quanto mais mulheres forem eleitas, mais dinheiro ele vai receber. “Isso pode ser uma medida que crie um círculo virtuoso de lideranças femininas nas legendas.”

## **Parlamento**

Na avaliação da autora do requerimento para a realização da audiência pública, deputada Raquel Muniz (PSD-MG), não há como garantir os direitos das mulheres enquanto não houver uma melhoria na representatividade dentro do Poder Legislativo.

“As parlamentares que estavam aqui presentes ouviram atentamente essa proposição e com certeza vamos debater isso. Agora na Casa, onde estão discutindo mudanças também na Comissão Especial de Reforma Política, temos uma proposta de emenda à Constituição em andamento que visa proporcionar que mais mulheres possam participar da política.”

Segundo dados do IBGE, as mulheres representam 51,4% da população, mas, mesmo assim, na Câmara dos Deputados, a representação feminina não chega a 10%; e em 23% dos municípios há nenhuma vereadora.

Por Karla Alessandra

---

# **Procuradoria-Geral da República promove, em 11/5, audiência pública sobre participação das mulheres na política, com apoio da ONU Mulheres**

*Encontro acontecerá em 11 de maio, em Brasília, e está voltado à participação de autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, membros do Ministério Público, advogados e advogadas, comunidade acadêmica, filiados e filiadas a partidos políticos, além de entidades comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres*

[\(ONU Mulheres, 03/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Clique [aqui](#) para fazer a sua inscrição



Arte: Secom/PGR

Você sabia que 30% das candidaturas nas eleições no Brasil devem ser de mulheres? Apesar disso, muitas delas não recebem sequer um voto e poucas chegam aos cargos eletivos. Para incentivar a participação das mulheres na política, a Procuradoria-Geral Eleitoral e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão realizam, em 11 de maio, a partir das 13h, audiência pública no auditório da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. O evento tem apoio da ONU Mulheres Brasil.

O objetivo é debater a participação feminina na política com autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, membros do Ministério Público, advogados e advogadas, comunidade acadêmica, filiados e filiadadas a partidos políticos, além de entidades comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres. Todas as pessoas interessadas terão tempo reservado para expor suas ideias e propor sugestões. Ao final, as informações coletadas na audiência servirão de subsídio para a melhoria do sistema eleitoral brasileiro. Acesse [aqui](#) o edital da audiência pública e saiba como participar.

**Dados** - Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma em cada oito candidatas não receberam um voto sequer nas eleições para vereador em 2016. Isso pode ser um indício de fraudes nas candidaturas, já que a Lei 9.504/97 obriga os partidos a destinarem pelo menos 30% das candidaturas nas eleições proporcionais à participação feminina. Candidaturas fictícias

podem configurar crime de falsidade ideológica eleitoral, podendo resultar na cassação de mandato daqueles que se beneficiaram com a fraude. A ampliação do debate sobre o tema pode prevenir esse tipo de irregularidade.

Ainda conforme dados do TSE, apenas 11,57% dos prefeitos eleitos nas eleições de 2016 foram do gênero feminino. Em 2016, o número de vereadoras foi reduzido em 13 capitais, totalizando somente 13,19% de mulheres do total de eleitos. O TSE também concluiu que 2.963 dos 5.568 municípios possuem maioria feminina no eleitorado mas, em contrapartida, em apenas 24 municípios, as mulheres são maioria na câmara de vereadores. No caso de governadores eleitos em 2014, o dado é ainda mais grave: apenas 3,70% foram mulheres.

As pessoas interessadas em participar da audiência podem confirmar a presença [aqui](#). No final do evento, o Grupo Executivo Nacional da Função Eleitoral (Genafe), ligado à Procuradoria-Geral Eleitoral, irá reunir as sugestões apresentadas, que poderão ser convertidas em propostas de regulamentação a serem encaminhadas ao TSE, de maneira a garantir a efetividade da Lei 9.504/97 e ampliar a participação de mulheres nas eleições e na política.

### **Audiência Pública Participação das Mulheres na Política**

Data: 11/05/2017

Horário: 13h

Local: Auditório JK, sede da PGR (SAF Sul Quadra 4 Conjunto C, Brasília/DF)

Inscrições: [www.mpf.mp.br/mulheresnapolitica](http://www.mpf.mp.br/mulheresnapolitica)

---

**75% da população quer  
prioridade para políticas de**

# promoção da igualdade de gênero nas cidades

*8 em cada 10 mulheres querem municípios mais igualitários, aponta pesquisa Ibope/ONU Mulheres que traz um inédito indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades. Condições de trabalho e salários, educação, participação política e espaços em esferas de governo são bases para indicador desenvolvido no estudo*

[\(ONU Mulheres, 14/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Realizada no contexto da [Agenda Cidades 50-50: Todas e todos pela igualdade](#), a pesquisa apresenta informações estratégicas sobre a importância das políticas públicas municipais para a promoção da igualdade de gênero. Os resultados indicam o nível de prioridade que os atuais prefeitos e prefeitas, vereadores e vereadoras devem conferir a diversas áreas avaliadas em nível macro e a partir de questões específicas.

## **Leia mais:**

[Pesquisa mostra preocupação de brasileiros com política de igualdade](#)

O estudo mostra que 75% dos brasileiros e brasileiras consideram de grande ou extrema importância que gestores, gestoras, legisladores e legisladoras desenvolvam políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Considerando-se apenas as mulheres, esse número cresce para 78%, enquanto que entre os homens é de 71%.

Para chegar ao inédito **indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades**, as pessoas entrevistadas responderam sobre que grau de importância vereadoras, vereadores, prefeitas e prefeitos devem dar a três dimensões: mesma oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura; no mercado de trabalho e mesmos salários; e de atuação nos partidos políticos e nos governos

Para 77% são muito/extremamente importantes políticas públicas que incentivem as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento na



educação e na cultura. 78% consideram muito ou extremamente importante que as prefeituras e câmaras municipais promovam políticas que incentivem o acesso de mulheres e homens as mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. E 69% consideram muito/extremamente importante que prefeitos/as, prefeitas, vereadoras e vereadores promovam políticas visando assegurar oportunidades iguais de atuação em partidos políticos e governos para mulheres e homens.

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, avalia que a pesquisa é um marco para a articulação entre gestão municipal e gênero, porque estabelece indicadores de demanda por igualdade entre mulheres e homens nas cidades. “Passamos a ter dados sobre as percepções de brasileiras e brasileiros sobre as suas condições de vida no contexto das relações de gênero, assim como a indicação sobre o que deve ser feito por prefeitas e prefeitos em áreas fundamentais da vida de uma cidade, tais como trabalho, salário, educação e participação política, agregando as dimensões de raça e etnia às questões de gênero. São informações preciosas e totalmente de acordo com os desafios assumidos pelo governo brasileiro no marco da Agenda de Desenvolvimento Sustentável, com vistas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e à eliminação do racismo”, considera Gasman.

**8 em cada 10 mulheres querem cidades mais igualitárias** - Se 3 em cada 4 brasileiros e brasileiras consideram fundamental a construção de cidades mais igualitárias, a análise dos dados segmentados por sexo evidencia como as mulheres tenderão a cobrar mais reconhecimento e garantia de direitos às novas gestões das prefeituras e legislativos municipais. A pesquisa indica que prefeitas, prefeitos, vereadoras e vereadores devem olhar com muita atenção as demandas das mulheres, que têm estado à frente de manifestações de rua, ocupações de escolas e são mais de metade da força de trabalho no país. De acordo com o estudo, são 81% as mulheres que consideram muito ou extremamente importante a igualdade no mercado de trabalho, enquanto 73% dos homens têm a mesma opinião.

Os mesmos percentuais (81% das mulheres e 73% dos homens) avaliam que o

“acesso e desenvolvimento na educação e na cultura” são muito/extremamente importantes na garantia de igualdade de gênero.

E 72% das mulheres e 65% dos homens percebem como muito/extremamente importante o desenvolvimento de políticas de incentivo à participação das mulheres em igualdade de condições e oportunidades nos partidos políticos e governos.

Ao aplicar-se um recorte por raça/cor, os números encontrados são semelhantes. Para 75% dos brancos e brancas, 74% dos negros e negras (pretos, pretas e pardos e pardas) e 78% das pessoas que se autodeclaram de outra raça/cor (amarelos, amarelas e indígenas, por exemplo) o desenvolvimento de políticas públicas de igualdade de gênero tem muita/extrema importância.

Para a socióloga e especialista em pesquisa de opinião Fátima Pacheco Jordão, “esse é um resultado da maior importância, que merece destaque, pois com todas as desigualdades historicamente consolidadas para pessoas com diferentes condições de raça e etnia no Brasil, a pesquisa demonstra que prevalece uma alta e homogênea demanda por igualdade de gênero. Em um país racista como o nosso, a desigualdade de gênero é uma preocupação importante para 3 em cada 4 brasileiros. Esse dado reforça a necessidade de debater e propor políticas para tornar as cidades mais igualitárias especialmente para as mulheres negras, que sofrem mais os efeitos das discriminações”.

Fátima Jordão, que é conselheira do Instituto Patrícia Galvão, explica que “quando não há diferenças entre os segmentos evidencia-se que o problema é de percepção generalizada. Logo essas questões ganham um peso político muito grande para prefeitos e vereadores se debruçarem”.

**Indicador inédito** - Além de conhecer o grau de importância e de urgência atribuído pela população a políticas públicas municipais que assegurem igualdade às mulheres e homens, pela primeira vez uma pesquisa de opinião apresenta um ‘**indicador de demanda por igualdade de gênero**’.

O indicador é dado por três dimensões de políticas públicas voltadas à

promoção da igualdade de gênero: oportunidades e desenvolvimento na educação e na cultura; oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e aos mesmos salários; e possibilidades de atuação em partidos políticos e nos governos.

**Metodologia da pesquisa** - 2.002 entrevistas com homens e mulheres de 16 anos ou mais em 143 municípios, com margem de erro de 2 pontos percentuais. Campo realizado entre 16 e 20 de fevereiro de 2017.

**Cidades 50-50:** *Todas e todos pela igualdade é liderada pela ONU Mulheres e conta com a parceria do Tribunal Superior Eleitoral, do Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos e o Grupo de Pesquisa Demodê, da Universidade de Brasília.*

---

## **Congresso debate ao menos 5 projetos que preveem cota de mulheres parlamentares**

Na composição atual da Câmara, somente 10,7% dos parlamentares são mulheres; no Senado, 14,8%; ranking mundial da participação feminina no Parlamento mostra Brasil na 154ª posição.

[\*\(g1, 06/03/2017 - acesse no site de origem\)\*](#)

O Congresso Nacional analisa atualmente cinco projetos que preveem número de mínimo de mulheres entre os parlamentares. Nessas propostas, a principal justificativa é promover maior participação feminina na política.

Na composição atual da Câmara, somente 55 dos 513 deputados são mulheres (10,7%). No Senado, o percentual é um pouco maior. Dos 81 senadores, 12 são mulheres, o que representa 14,8%.

Na última eleição, a municipal de 2016, o número de mulheres eleitas prefeitas diminuiu. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, as mulheres representaram 7,39% dos prefeitos eleitos em 2000; 11,84% em 2012; e 11,57% em 2016. Para a ministra Luciana Lóssio, do TSE, o recuo da representação feminina nas prefeituras é “lamentável” (*veja o vídeo clicando no link abaixo*).

[Ministra do TSE vê retrocesso na participação de candidatas nas eleições de 2016](#)

## **O que dizem os projetos**

A mais recente dessas propostas em análise no Congresso foi apresentada neste ano pelo senador Jorge Viana (PT-AC).

O projeto altera o regimento interno do Senado e estabelece que ao menos uma vaga na Mesa do Diretora do Senado deverá ser ocupada, obrigatoriamente, por uma parlamentar.

Outro projeto no Senado que trata da participação feminina é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2015.

Originalmente, a proposta estabelecia paridade de gênero nos assentos da Câmara dos Deputados, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras de vereadores.

Mas ao analisar o texto, a relatora da PEC, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), alterou a redação e propôs que 30% das vagas sejam ocupadas por mulheres. O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Uma terceira proposta, também em tramitação na Casa, é o projeto que estabelece que, nas eleições com renovação de dois terços do Senado, uma das vagas do estado seja destinada a um homem a outra, obrigatoriamente, a uma mulher. Esse texto também está na CCJ.

Outra PEC, a de número 590/2006, estabelece representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara e do Senado e de cada comissão.

Em análise na Câmara, a PEC 283/2017 define que haverá divisão igualitária entre homens e mulheres na Câmara, no Senado, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

Atualmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a proposta só poderá ser analisada depois que o relator, deputado Sergio Souza (PMDB-PR), apresentar parecer sobre o assunto.

### **A participação feminina**

Com 67 mulheres entre os 594 deputados e senadores (11,2%), o Brasil ocupa a 154ª posição em um ranking internacional sobre a participação da mulher nos parlamentos. O ranking foi elaborado pela União Interparlamentar e lista 190 países.

Nesse ranking, o Brasil está em último lugar entre os países da América Latina e atrás de diversos países do Oriente Médio.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições municipais, em 2016:

O número de vagas ocupadas por mulheres nas câmaras de vereadores passou de 13,33% para 13,51%;

Nas prefeituras, ainda de acordo com o TSE, a participação feminina diminuiu e passou de 11,84%, em 2012, para 11,57%. Ao todo, as mulheres representaram 31,6% dos candidatos.

### **ONU Mulheres**

Na opinião de Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, o atual cenário da participação feminina no Congresso atenta contra o efetivo funcionamento democrático das instituições.

“Essa posição evidencia o quadro dramático das desigualdades de gênero, raça e etnia, as quais impedem que as mulheres façam parte da negociação e da tomada de decisão sobre os assuntos de interesse do país. Sem as mulheres, na sua diversidade, nas diferentes instâncias políticas [...], a democracia não se realiza”, diz Nadine.

Segundo a representante da ONU Mulheres, a entidade defende o conceito de democracia paritária, ou seja, um modelo político com paridade e igualdade entre homens e mulheres como fundamento do Estado.

O Brasil integra a organização e, de acordo com Nadine, o país assinou o compromisso com a paridade de gênero na política.

“Eles [homens] têm usado a sua liderança para manter os mesmos obstáculos ou colocar novas barreiras [para as mulheres]. No final das contas, eles continuam com o poder concentrado nas suas próprias mãos”, diz.

“Quem perde não são somente as mulheres [...]. Perde a política, que fica pela metade, com visões distorcidas sobre os problemas sociais, com visões estreitas sobre a realidade e com visões parciais sobre o projeto de desenvolvimento do país a curto, médio e longo prazo.”

Desde 1997, está em vigor uma lei que institui que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Para Nadine Gasman, no entanto, “tem ocorrido uma constante deturpação das leis criadas para garantir a participação política efetiva das mulheres”.

### **Parlamentares mulheres**

Para a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), as propostas que estabelecem número mínimo de mulheres no Congresso são “afirmativas” e sofrem “enorme resistência” por parte dos senadores homens.

A parlamentar defendeu a importância de o Brasil se basear em políticas instituídas em outros países como a Argentina, onde vale o sistema de lista fechada nas eleições proporcionais.

Neste sistema, cada partido apresenta uma lista ordenada de candidatos, na qual, para cada dois homens, deve haver, necessariamente, uma mulher.

Vanessa Grazziotin defendeu, também, maior incentivo à filiação de mulheres nos partidos políticos.

A deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) disse acreditar que a heterogeneidade político-ideológica do Congresso é um obstáculo à defesa dos direitos das mulheres.

“Elas são muito mais submetidas à lógica machista masculina de suas bancadas do que à lógica que deveria predominar na bancada feminina”, disse.

Para ela, uma maior presença feminina no Congresso representará maior garantia dos direitos das mulheres.